

CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

A FAMÍLIA NO CENTRO DA INTERVENÇÃO

Coordenação

Daniel Sampaio

Hugo Cruz

Maria João Leote de Carvalho



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN



PRINCIPIA

Crianças e Jovens em Risco

A família no centro da intervenção

Coordenadores

Daniel Sampaio

Hugo Cruz

Maria João Leote de Carvalho

REFLEXÕES FINAIS

Daniel Sampaio
Maria João Leote de Carvalho
Hugo Cruz

Esta publicação teve como ponto de partida o objectivo de compilar, apresentar e discutir o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos três anos no âmbito da componente de Projectos de Formação Parental, do Programa «Crianças e Jovens em Risco», integrado no Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano (PGDH), da Fundação Calouste Gulbenkian. Pretende-se dar a conhecer os traços gerais da implementação dos oito projectos seleccionados em 2007, salientando a diversidade metodológica e as potencialidades das várias intervenções, num processo que tem por pano de fundo a análise, interpretação e discussão dos indicadores globais de execução desta componente.

O caminho percorrido foi longo, por vezes acidentado, como se foi dando conta nos capítulos anteriores, mesclado de avanços e recuos que conduziram a uma profunda reflexão partilhada entre os diversos intervenientes, num processo que espelha a multidimensionalidade de qualquer intervenção no campo da parentalidade. Perante a complexidade das famílias, das suas funções e práticas, num denso entrecruzamento com os factores que as afectam no quotidiano, exige-se cada vez mais o desenvolvimento de intervenções sistematizadas, rigorosas e cientificamente sustentadas que promovam a eficácia desejada.

Com base no património adquirido nos três anos de intervenção dos Projectos de Formação Parental (2008-2011), procede-se de seguida, e sem preocupação de exaustividade, a uma reflexão em torno de alguns dos pontos que se destacaram na avaliação desta iniciativa e que se espera possa vir a constituir um contributo para a construção futura de intervenções neste âmbito de acção. Centra-se o olhar nas principais áreas que sustentaram a organização do acompanhamento técnico, recolha e tratamento da informação obtida no decorrer deste Programa, enunciando-se alguns dos constrangimentos e desafios que foram sendo colocados durante a sua implementação. Termina-se com a apresentação de uma proposta de enquadramento para o desenvolvimento de acções de formação parental, sustentada num leque de princípios de intervenção que sistematizam as mais importantes orientações resultantes da avaliação efectuada.

Processos e instrumentos de acompanhamento técnico

1. Desde o primeiro momento, o processo de acompanhamento técnico por parte da Fundação Calouste Gulbenkian foi assumido na perspectiva de uma co-construção entre a equipa responsável pelo mesmo e as equipas e entidades promotoras dos projectos no terreno, tendo por

objectivo primordial as funções de suporte, apoio e mediação em detrimento de uma visão redutora centrada exclusivamente numa prática tradicional de fiscalização e controlo externo. Da parte da maioria dos projectos houve um bom acolhimento a esta opção e a articulação concretizada ganhou, em vários casos, um carácter espontâneo e muito profícuo.

2. Relativamente aos instrumentos desenhados para este processo, salienta-se que o modelo de relatório semestral e final foi ao encontro dos objectivos delineados, enquanto o relatório de incidentes críticos acabou por não ser realizado por algumas equipas, o que denota uma certa desvalorização do papel deste instrumento reflexivo de apoio à avaliação. Entre os relatórios apresentados pareceram existir também algumas noções bastante diferenciadas sobre a sua função e importância na acção, algo que pode dever-se ao facto de não ter sido definido um modelo por parte da equipa técnica de acompanhamento. Pretendia-se que o relatório de incidentes críticos, independentemente do tipo que cada equipa quisesse adoptar, constituísse um instrumento de registo sintético sobre as situações críticas vivenciadas pelos projectos ao longo da intervenção e sobre as formas como estas foram sendo ultrapassadas. O objectivo era que em situações idênticas futuras se pudessem vir a reproduzir procedimentos, previamente validados, para que se considerasse a possibilidade da sua disseminação junto de outros projectos do Programa ou noutros territórios onde decorram acções de natureza semelhante.
3. Ao longo das visitas de acompanhamento, a maior parte das equipas técnicas revelou o interesse em conhecer e perceber como estavam a ser concretizados os outros projectos. Passado o primeiro momento da implementação foi possível passar a uma fase de maior partilha sobre as intervenções em curso, de forma presencial e virtual, reforçando-se a troca de experiências nos respectivos territórios.
4. A plataforma informática, que foi criada especificamente para este Programa, revelou-se um instrumento central para este processo de difusão da informação. A dinamização desta plataforma foi da responsabilidade e iniciativa de todos os envolvidos neste Programa, não tendo sido alcançado o grau de interacção que inicialmente se pretendia, havendo claros desfasamentos na introdução de conteúdos e materiais entre as diferentes equipas.

Equipas, acções e práticas no terreno

1. Observou-se, na quase totalidade das equipas, um grande envolvimento e uma aposta clara na execução dos projectos nos respectivos territórios.
2. Confirmou-se a expectativa inicial da existência de um leque diversificado de metodologias, estratégias e técnicas de intervenção no âmbito da formação parental, o que veio a constituir um factor de enriquecimento do Programa.
3. No que se refere à identificação de práticas com sucesso e de construção de instrumentos evidenciaram-se resultados positivos, não sendo de descurar que este aspecto não devia sobrepor-se ao objectivo prioritário de desenvolvimento de acções de formação parental no terreno. O objectivo primordial deste Programa era a promoção de uma intervenção directa com famílias, visando dar-se uma resposta em áreas onde as carências a este nível mais se faziam sentir, não se tendo centrado o interesse exclusivamente no campo da investigação. Assim, foi necessário estabelecer um equilíbrio entre a presença de componentes de acção e de investigação, de modo a que funcionassem de uma forma complementar e eficaz. Porque este não é um equilíbrio fácil de concretizar, estimulou-se sistematicamente junto das equipas a realização de pontos de situação relativamente a esta orientação.
4. A divulgação pública dos projectos foi sendo amplamente realizada em todos, sob as mais diversas formas, potenciando um conhecimento mais vasto que foi além dos territórios e concelhos onde foram postos em prática. Esta divulgação assumiu as mais variadas formas e visou os mais diferentes públicos, tendo algumas equipas concretizado a apresentação de comunicações a nível internacional, em iniciativas de carácter científico e institucional.

Parcerias

1. No decorrer dos três anos de intervenção foram identificados diferentes graus de envolvimento das parcerias, bem como de percepção dos técnicos sobre a importância do papel da rede social e das próprias entidades parceiras.
2. É de salientar a importância que a maioria das equipas assumiu no trabalho de dinamização da rede social que integravam e o seu impacto na execução, numa resposta mais eficaz às necessidades das famílias

e em função da sustentabilidade futura do respectivo projecto. Meramente a título de exemplo, tem-se o caso do Instituto das Comunidades Educativas, cuja acção se estruturou em torno de um Protocolo, que foi construído nos primeiros meses do projecto envolvendo dez parceiros, e a Associação Margens que promoveu a constituição de um Consórcio designado por «Escola de Pais», que teve o envolvimento das instituições parceiras, tornando-se este o espaço facilitador das actividades do projecto.

3. Contrariamente ao apresentado em sede de candidatura, nem todas as entidades ou serviços mencionados por algumas entidades promotoras como parceiros tinham conhecimento dessa situação, o que, naturalmente, veio a constituir um obstáculo à execução de várias acções no terreno.
4. Verificou-se a existência de um ou outro projecto que haviam sido delimitados de um ponto de vista mais conceptual, sem a devida adequação às reais necessidades do território em causa, pelo escasso conhecimento que os técnicos possuíam sobre o(s) mesmo(s). Naturalmente, e como seria de esperar, essas equipas tiveram maiores dificuldades na implementação da intervenção e os respectivos projectos sofreram maiores desvios relativamente ao que tinham proposto. O não envolvimento dos parceiros no desenho de qualquer projecto atrasa inevitavelmente o início da sua execução e a construção da relação de parceria acaba por partir de pressupostos diferentes que podem inclusivamente inviabilizar o desenvolvimento das acções inicialmente previstas.
5. Como se depreende na discussão dos pontos anteriores, apesar de se estar perante um universo muito reduzido, de somente oito projectos, a concepção de parceria assumida foi bastante diferenciada entre uns e outros. De notar que para uma ou outra equipa, a designação das parcerias mais pareceu confundir-se com uma lista de contactos do que com uma efectiva rede que interage e que actua num mesmo patamar e num mesmo território, tendo em vista metas comuns. Até certo ponto, daqui resultou um significativo número de situações em que não houve protocolos assinados.
6. Em alguns casos, mais frequentemente do que seria desejável, as perturbações nas relações e comunicação com os parceiros foram apontadas como factor responsável pelo atraso na implementação de acções dos projectos. A dinamização da rede de parceiros referente aos projectos deve ter a liderança das equipas dos mesmos, sendo esta uma acção fun-

damental que constitui os alicerces para a implementação das diferentes acções desenhadas em cada um.

7. Perante estas dificuldades identificadas, houve a necessidade de promover na Fundação reuniões por cada território concelhio, colocando em presença equipas e os respectivos parceiros por elas indicados, num processo que contou ainda com a presença dos responsáveis da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco. Esta iniciativa foi avaliada pela quase totalidade dos envolvidos como muito positiva, dela tendo resultado importantes desbloqueios e avanços, nomeadamente na articulação das equipas com a maioria das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens locais. Deste modo, em tempo útil, foi possível dar visibilidade e potenciar o papel que cada um podia desempenhar no território onde intervinha.

Da intervenção com as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ)...

1. Para a maioria das equipas, a articulação com as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens foi dos pontos que mais dificuldades suscitaram ao longo do primeiro ano de execução desta componente do Programa “Crianças e Jovens em Risco. Em parte, houve algumas situações em que as Comissões não tinham sido totalmente envolvidas no processo de elaboração do projecto, pelo que se sentiu a necessidade de prolongar uma fase de conhecimento mútuo entre a entidade promotora, parceiros e Comissão visando a definição conjunta dos processos de trabalho nesta área.
2. Noutros casos, mudanças internas nas estruturas das Comissões, aliadas ao elevado volume processual, a identificação de diferentes interpretações da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo no que diz respeito à implementação de formação parental e a existência de determinados procedimentos específicos constituíram obstáculos de monta neste processo de articulação e estiveram associados a alguns atrasos ocorridos em determinados territórios.
3. Como mencionado anteriormente, este aspecto foi ultrapassado e a maioria das equipas conseguiu estabelecer uma regular e profícua articulação com as Comissões de Protecção locais, daqui resultando um crescente número de intervenções com famílias com aplicação de medida de promoção e protecção.

... à articulação com as Equipas de Crianças e Jovens (ECJ)

1. Pouco a pouco, alguns projectos foram procurando ou foram procurados para colaborar nas respostas em processos judiciais de promoção e protecção cuja execução e acompanhamento cabe às Equipas de Crianças e Jovens, do Instituto de Segurança Social, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. O número destes casos foi crescendo ao longo do tempo, mais associado aos projectos localizados em Sintra e na Amadora, configurando uma intervenção sustentada mediante as necessidades do terreno e no alargamento do campo de acção.

A sustentabilidade futura das intervenções de formação parental

1. A perspectiva de sustentabilidade destas acções numa fase pós-financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian foi um ponto-chave trabalhado com todos os projectos desde o início do Programa e ao longo dos três anos de execução.
2. Neste campo, é de assinalar que, à data da redacção deste documento, a maioria das oito equipas tinha assegurada uma continuidade no desenvolvimento de acções de formação parental nos contextos onde intervieram, ainda que em diferentes moldes e dimensões, e aparentemente mais direccionadas para determinados perfis e um número mais reduzido de famílias, envolvendo sobretudo os respectivos parceiros. Só duas equipas cedo assumiram não ir dar continuidade além do inicialmente previsto, passando uma delas a centrar-se noutros concelhos onde já desenvolve outro tipo de intervenção.
3. O recurso à Rede Social, entre outras possibilidades de cariz mais local, parece ser a opção mais abordada em diversos territórios, a par da candidatura a financiamento junto de outras entidades oficiais e particulares, com resultados positivos em alguns casos.
4. Também a opção pela optimização de recursos internos das entidades promotoras, nomeadamente pela redefinição das funções do respectivo CAFAP ou da proposta para a sua constituição, é outra das soluções identificadas neste processo¹.

¹ O CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental é uma resposta social que visa o estudo e prevenção de situações de risco social, assim como o desenvolvimento de acções de apoio a crianças e jovens em situações de perigo e suas famílias. É concretizado na comunidade, através de equipas multidisciplinares, por meio de um serviço próprio.

5. No panorama relativo ao que é habitual em termos de execução de projectos na área social em Portugal, mais ainda num tempo de acentuadas dificuldades para encontrar novos financiamentos, considera-se que esta preocupação e conquista por parte das equipas relativamente ao futuro desenvolvimento de acções de formação parental constitui um sinal muito positivo não só de capacitação das mesmas como do dinamismo das redes e contextos onde se integram.

UMA PROPOSTA: PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO EM FORMAÇÃO PARENTAL

Nunca é de mais referir que a concepção e implementação de uma intervenção no quadro da formação parental deve obedecer a um conjunto de princípios necessários a uma actuação com maiores probabilidades de sucesso. Esta orientação está bem clara na Recomendação Rec(2006)19, do Conselho de Europa, de 13 de Dezembro, que constitui um instrumento fundamental de enquadramento de acções nesta área e que importaria ter presente na sua realização.

Em função do desenvolvimento deste Programa, e na perspectiva de se constituírem como possíveis orientações, apresenta-se de seguida uma síntese de princípios de intervenção em formação parental que esta experiência suscitou e que se passa a sistematizar.

1. **Valorização do papel parental:** é fundamental atender ao papel essencial dos pais no desenvolvimento e educação dos filhos considerando as suas características pessoais e as do contexto sociocultural onde se encontram inseridos;
2. **Confiança e privacidade:** é fundamental a criação de espaços geradores de relações de informalidade e de confiança, que funcionem como bases seguras para o questionamento e a reflexão sobre as práticas parentais e que garantam a privacidade dos envolvidos, no respeito e reserva da sua vida privada;
3. **Co-construção do processo:** o desenvolvimento da parentalidade deve ser encarado como um processo co-construído em que não é apenas o acesso à informação, ou a mais informação, que permite alcançar comportamentos mais adequados, pelo que as dinâmicas a pôr em prática devem implicar uma reflexão sobre si próprio, para que cada um se possa confrontar com as dificuldades de ser pai/mãe. Estimular a colaboração

como um trabalho em conjunto e com a família afigura-se decisivo em qualquer acção desta natureza. A adequação deve ser constante aos pais e às suas necessidades e também dos materiais utilizados na intervenção. De igual modo, deve ter-se em atenção o potencial de intervenções concertadas e paralelas com objectivos concorrentes com pais e filhos;

4. **Responsabilidade parental:** conquistar a motivação dos pais para a intervenção é tarefa primordial; mais do que a sua mera participação deve procurar promover-se a sua colaboração e a sua co-responsabilização no desenvolvimento de todo o processo, o que só será possível através de uma criteriosa identificação e, conseqüente, resposta às suas reais necessidades;
5. **Capacitação:** descentrar a visão além de uma ideia de falta de competência, passando a tomar como ponto de partida as experiências, os saberes e as competências que os pais tenham oportunidade de desenvolver, para que o impacto da intervenção seja, de facto, significativo para os próprios. Evitar a atribuição de rótulos às famílias do tipo «resistência», «manipulação» e «desmotivação», substituindo-as por «falta de informação», «necessidade de confiança» e «estratégias legítimas» tal como o profissional as tem (Ausloos, 1996). O modelo a seguir deve ser um modelo de capacitação ao invés de um modelo baseado na lacuna, ou seja, centrado no uso da técnica da devolução das capacidades de cada um potenciando a valorização que pode conduzir à transformação da angústia em novas soluções;
6. **Autonomia:** a intervenção em formação parental deve ter como meta a promoção da autonomia das famílias e dos seus membros; esta autonomia está também muito relacionada com o grau de consciência e a percepção que as famílias têm relativamente aos seus próprios recursos;
7. **Diversidade de famílias:** é fulcral ter em atenção a grande diversidade de situações familiares, procedendo a uma cuidadosa identificação dos factores de risco e dos factores de protecção para cada família, bem como dos diferentes níveis em que actuam relativamente à criança, procurando potenciar os factores de protecção e anular ou diminuir os factores de risco;
8. **Especialização:** a intervenção deve ser específica no âmbito da educação parental, clara nos objectivos, continuada, próxima e sistemática, e sustentada numa base conceptual e metodológica que oriente as opções relativas ao plano de implementação e respectiva avaliação. Deve

também relevar-se a importância da formação diversificada e contínua, o perfil e a postura dos profissionais responsáveis pela dinamização das intervenções, destacando-se a necessidade de se pensar na existência de um profissional especializado que assegure («educador parental»). É fundamental que o profissional tenha presente que só se consegue motivar e entusiasmar as famílias para uma intervenção, se também se está motivado e entusiasmado e se ele próprio acredita na implementação e eficácia da mesma.

9. **O papel do género na constituição das equipas:** de referir também a necessidade de passar a haver um maior equilíbrio nas equipas técnicas que asseguram este tipo de acções em função da sua distribuição por género. A influência desta variável no início da relação com as famílias pode ser determinante do ponto de vista da identificação e adesão dos pais e cuidadores à luz da experiência sentida em todos os projectos aqui colocados em análise pelas maiores dificuldades em motivar os pais (homens) para este tipo de intervenção, em alguns casos ultrapassadas pela entrada de técnicos e formadores do género masculino nas respectivas equipas;
10. **Intervenção integrada:** a intervenção deve ser articulada com a rede de recursos existentes na comunidade, promovendo-se uma abordagem sistémica que potencie a optimização dos recursos existentes e garanta a sua continuidade no tempo, de modo a assegurar resultados efectivos e duradouros;
11. **Prevalência da intervenção em grupo:** sempre que existam condições, a intervenção centrada em colectivos permite a reunião de vários discursos, a promoção da descentração, o confronto com perspectivas e níveis de desenvolvimento diferentes assim como um maior envolvimento psicossocial, a economia de energias em benefício da eficiência do grupo (Cruz & Pinho, 2008). Esta orientação não invalida a complementaridade com o desenvolvimento de acções individuais decorrentes das necessidades reais das famílias e dos pais em causa;
12. **Valorização da rede social de suporte das famílias** a promoção de redes formais e informais de apoio às famílias é fundamental; intervenções com famílias centradas exclusivamente nelas próprias são acções que desperdiçam o enorme potencial de desenvolvimento das redes de suporte social;
13. **Supervisão e avaliação:** a intervenção deve ser objecto de supervisão e de avaliação dos processos e da equipa técnica num acompanhamento

que tenha por fim o desenvolvimento de uma acção cada vez mais qualificada e, conseqüentemente, com resultados mais positivos;

- 14. Sustentabilidade da intervenção:** de realçar que, desde a primeira fase, ao nível da sua concepção, projectos desta natureza devem perspectivar uma linha de inovação, transmissibilidade e impacto positivo na comunidade, num processo que defina as práticas de participação dos parceiros nos processos de decisão, co-responsabilizando todos os actores e intervenientes, de modo a reforçar o envolvimento de outros elementos e entidades da comunidade;
- 15. Da necessidade de desconstrução da invisibilidade de intervenções desta natureza nas políticas sociais:** de extrema importância valorizar o trabalho de apoio às famílias e tornar público o seu impacto na qualidade de vida das mesmas e das próprias comunidades onde se integram, para que desta forma se reforcem as políticas sociais no campo da parentalidade, mais adequadas ao que são hoje os contornos e realidade das famílias na sociedade portuguesa, prevenindo e combatendo as desigualdades sociais;
- 16. Enfoque no trabalho de prevenção e de investimento na infância e juventude:** tornar claro que o trabalho realizado com as famílias tem um papel fulcral na qualidade de vida das crianças e jovens no presente, no seu futuro e no das comunidades que integram, factor essencial de promoção da confiança entre indivíduos, grupos sociais e instituições, indissociável da promoção da coesão social. É fundamental reforçar a ideia de que a aposta na formação parental e noutros tipos de intervenção sobre a parentalidade é uma aposta no aqui e agora, em cidadãos de pleno direito a uma efectiva realização individual e colectiva numa sociedade que se deseja participativa e democrática (Williams, 2010).

Referências bibliográficas

- Ausloos, G. (1996). *A competência das famílias – tempo, caos, processo*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Cruz, H. & Pinho, I. (2008). *Pais, uma experiência*. Porto: LivPsic Editora.
- Williams, F. (2010). *Repensar as Famílias*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Principia.
- Golombok, S. (2006). *Modelos de Família – qué es lo que de verdad cuenta?*. Barcelona: Editorial Graó.